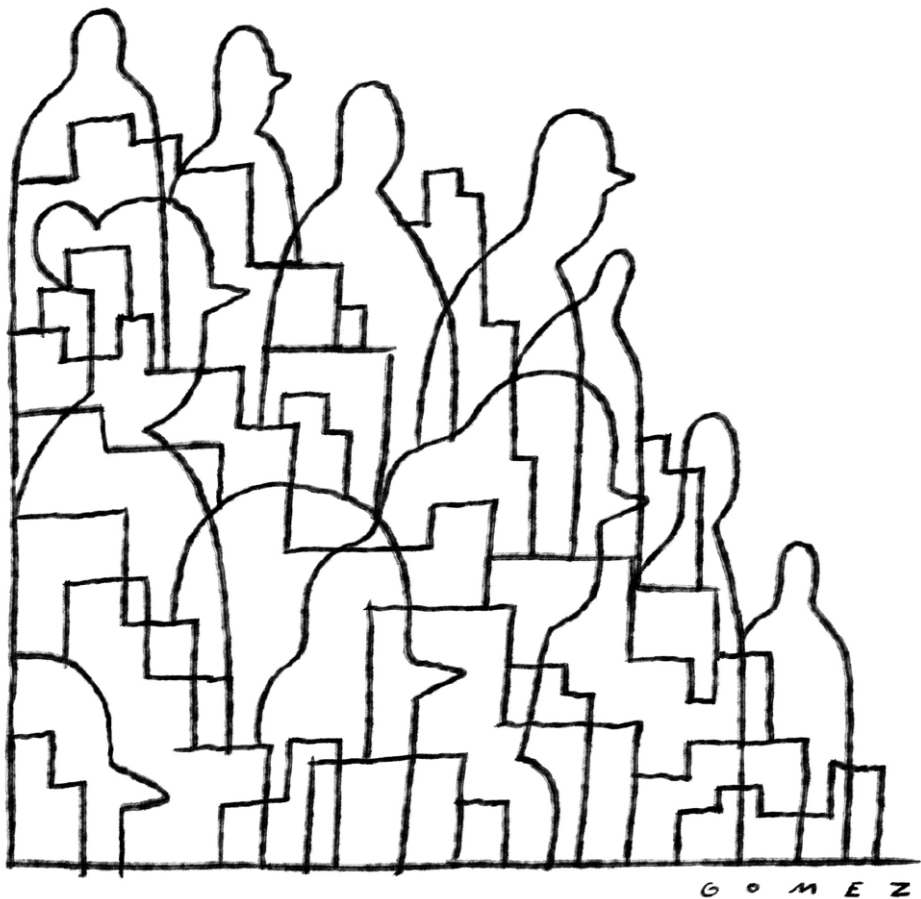


A expropriação da família, saúde e educação

» DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR

Médico, professor emérito da UnB, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, membro titular da Academia Brasileira de Pediatria, ex-presidente do Global Pediatric Education Consortium (GPEC)



cidadão. Assim, o potencial cognitivo inerente a uma infância bem cuidada é desprezado em benefício do império da inteligência artificial, que comanda o espetáculo em desfavor da sociedade deveras humana.

As evidências da desconstrução do humanismo são claras e bem anteriores à pandemia, que apenas contribuiu para o seu avanço acelerado. A educação a distância é uma prova de artificialização da inteligência, que já assume plena dimensão em desfavor do ser humano. A deterioração tecnológica dos valores éticos, morais e espirituais, que iluminaram a mente da espécie ao longo de sua história, ameaça, pois, a sobrevivência dos sólidos pilares da civilização.

O novo império materialista contamina também a assistência à saúde, deturpando-a, por completo, em benefício das empresas que coordenam a nova era. A promoção do bem-estar físico, mental e social do indivíduo é ilusoriamente restrita ao diagnóstico e tratamento medicamentoso ou cirúrgico das enfermidades que avançam a olhos vistos. A prevenção das doenças não é tida como prioridade absoluta.

As profissões ligadas à saúde da população já não valorizam o conteúdo humanista em que deveriam se inspirar. Ademais, o exercício da medicina tornou-se refém da inteligência artificial. A profissão já é exercida a distância como a educação. Para que tudo isso seja revertido em favor da reconstrução da humanidade, ações abrangentes precisam ser desenvolvidas com metas bem objetivas. Incluem a recuperação do núcleo familiar com medidas respeitosas e capazes de assegurar os recursos orçamentários de tal investimento; a volta da educação presencial, interativa e comprometida com a defesa da inteligência natural; e a revigoração do conceito humanista de saúde para superar a telemedicina com o reforço da assistência médica presencial.

O pensador Ivan Illich produziu, em 1975, a obra *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Trata-se de um alerta que previu a deterioração da saúde em favor de interesses econômicos. Nada foi feito para revertê-lo. Assim o estrago avançou rumo à expropriação da família, saúde e educação.

de advocacia dativa é significativamente inferior ao que seria necessário para que a Defensoria Pública zerasse sua demanda. Sabemos o quão valioso e necessário é o trabalho dos defensores públicos. Nossos profissionais estão cotidianamente ao lado deles, porém, sem remuneração. Atuar como voluntário é nobre, no entanto não sustenta a família de advogados nem é digno ou justo. Por isso, atuamos há quase dois anos pela aprovação de um projeto de lei e defendemos a regulamentação da lei.

No Sistema OAB, o Distrito Federal é a única unidade da Federação que conta com uma Fundação de Assistência Judiciária (FAJ) trabalhando como Defensoria Pública. São mais de 300 advogados voluntários e, em três anos, mais de 58 mil atendimentos à população carente. Foram ajuizadas mais de 1,3 mil ações na Justiça e realizadas mais de 6,8 mil audiências.

Também, a FAJ participou de ações em várias regiões administrativas do Distrito Federal em parcerias com entidades privadas, nos três anos da gestão 2019/2021. Na pandemia, a FAJ se reinventou para atender de modo virtual e segue inovando. Recentemente, em parceria com a Subseção do Núcleo Bandeirante, participou, em março último, da Ação Candanga Social, atividade promovida pelo GDF por meio da Administração Regional da Candangolândia. Outro exemplo de sinergia com o poder público.

Essencialmente, no debate que se instaurou acerca da aprovação do projeto da advocacia dativa, é preciso destacar que a OAB

não é tão somente uma entidade classista. Trata-se de uma instituição que defende a profissão, mas que é pilar da democracia. Defende a Constituição, os direitos humanos e a justiça social. Não poderia omitir-se quando o Estado não consegue atender os que são hipossuficientes. Vale lembrar que não estamos inventando a roda no Distrito Federal. São poucos os estados que não contam com os bons préstimos da advocacia dativa. Isso é algo que está dando certo no Brasil inteiro. Outro aspecto relevante, para que todos compreendam o projeto da Advocacia Dativa, tem a ver com a lisura com que será gerida a lista de advogadas e de advogados interessados em atuar como dativos. Haverá regulamentação da matéria após sanção da lei.

Ainda é importante entender o Estado como indutor de políticas que promovam a empregabilidade e não há razão alguma para cercar-se uma ação quanto aos advogados. Houve quem discursasse que profissionais iniciantes não teriam capacidade para atuar. Outra falácia! O exame de Ordem é rigoroso e quem é aprovado está apto às funções de advogar, tanto quanto os mais experientes. Pensar o contrário é discriminar profissionais.

Uma consideração final: habilidades e competências todos os inscritos na Ordem têm já que a carteira da advocacia é uma conquista que exige anos de estudos e muita dedicação. Ninguém se faz advogado do dia para a noite! Quem atua como dativo merece ter regras e remuneração para balizar sua atuação. Afinal, o projeto aprovado é bom para o profissional e melhor para a população.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Samba ou réquiem

Se no século passado era a saúva, o inseto apontado como ameaça ao Brasil. Hoje, esse posto ganhou novos protagonistas, seres de uma espécie muito mais evoluída e cujos estragos à existência do país e da nação se elevam a um altíssimo nível, impossível de calcular. A situação adquiriu um tal grau de emergência e periculosidade que é possível afirmar, parafraseando Saint-Hilaire em 1800: “Ou o Brasil acaba com o crime organizado e suas vertentes, ou esses grupos acabarão com o Brasil”.

Vivemos uma situação limite na qual o ponto de inflexão está dado, quando se verifica que o crime organizado está estendendo seus braços para dentro do Estado, ocupando posições estratégicas, ameaçando instituições e, com isso, ganhando um novo status e poder, substituindo a antiga sandália de borracha branca com bermuda, pelo terno de corte italiano de colarinho branco. Tem sido cada vez mais frequentes os noticiários, em todo o país, dando conta do espraioamento do crime organizado para empresas municipais e de prestação de serviços públicos, de onde lava o dinheiro dos ilícitos e ainda ganha posição de pressão sobre os governos locais.

Em outra vertente, os criminosos, agrupados em organizações cada vez mais profissionais, bem estruturadas e com protocolos sofisticados, passaram a controlar vastas áreas dentro da cidade, onde a população é ameaçada e pressionada, a votar apenas nos candidatos apontados por esses marginais, ao mesmo tempo em que proíbem a campanha de outros políticos. Fazer campanha pela moralização do Estado, com combate ao crime, e outras propostas éticas dentro dessas comunidades, é assinar um decreto de morte. Os prefeitos e vereadores dessas localidades dominadas são acompanhados de perto e, não raro, só adotam medidas com a benção desses bandidos. Ao estender seu domínio sobre o Legislativo local, como parece estar acontecendo na Assembleia de São Paulo, onde um deputado é acusado de colaborar com o crime organizado, as novas gerações desses chefes aprenderão que é dentro da máquina do Estado que estão as maiores oportunidades de enriquecimento.

Nessa posição os meliantes, cujas candidaturas foram financiadas pelo dinheiro dessas organizações, adquirem a prerrogativa do foro, que lhes fornecem a blindagem necessária para roubar em paz, longe das bisbilhotices da lei. É preciso atentar que o crescimento dessas organizações só foi possível graças a fatores como o aumento da corrupção no meio policial, da leniência da Justiça, da frouxidão das leis e do pouco empenho das autoridades, desanimadas com a tarefa de enxugar gelo. De todos esses fatores, que favorecem o crescimento desses grupos criminosos e sua infiltração no Estado, nenhum outro tem sido mais importante do que a própria corrupção política, entranhada em nosso país, desde seu nascimento.

A corrupção política e sua contrapartida, a impunidade generalizada, tem sido, nesses últimos anos, o principal incentivo e modelo que os criminosos passaram a incorporar para ter uma verdadeira vida de foras da lei, sem serem importunados pela lei. Como diz a letra do samba *Homenagem ao malandro*, de Chico Buarque: “Agora já não é normal/O que dá de malandro regular, profissional/Malandro com aparato de malandro oficial/Malandro candidato a malandro federal/Malandro com retrato na coluna social/Malandro com contrato, com grava-ta e capital/Que nunca se dá mal...” Lirismo à parte, a situação atual não dá enredo para samba. No máximo ajuda a compor o réquiem de uma nação.

» A frase que foi pronunciada

“Educar com marxismo é como amamentar com álcool.”

Armando Ribas, cubano

Inovação

» Chega a Brasília, no próximo dia 24, um evento importante para quem acompanha inovações em tecnologia. O 2º Innova Summit acontecerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Há inscrições e elas serão gratuitas. Arena Games é a área mais disputada pela meninada. Eduardo Moreira é o idealizador do encontro e presidente do Instituto Conecta Brasil.

Desde pequenino

» Não é só o maior índice de crimes contra os idosos na cidade que preocupa. O descaso com os mais velhos, desde a infância, mostra, pelo comportamento dos adultos, que a nossa sociedade não valoriza a experiência. No estudo de Silvia Masc, da Universidade de Juiz de Fora, ela afirma que “na China e no Japão, a velhice é sinônimo de sabedoria e respeito. O fenômeno envelhecer é natural e inerente a toda espécie e tem sido preocupação constante da chamada civilização contemporânea. Os idosos são tratados com respeito e atenção pela vasta experiência acumulada em seus anos de vida. A família é o porto seguro do idoso”.

Participe

» Por falar em idosos, Juliana Seidl convida pessoas com 50 anos ou mais que continuam trabalhando a participar de uma pesquisa da professora Lucia de F. P. França. A decisão da aposentadoria é o mote da pesquisa. Veja o link no *Blog do Ari Cunha*.

» História de Brasília

Os jardins da W-3, à altura das estações de TV, estão sendo pisados pelo público, que está formando trilhas. Não seria o caso de colocação de cercas porque enfeitaria demais, mas de vigilância da Polícia Florestal. (Publicada em 1/3/1962)